



Artigo
Article

**A CULTURA COMO ELEMENTO DE SEGREGAÇÃO DA
BIBLIOTECA DE ESCOLA PÚBLICA E FORTALECIMENTO DA
DISTINÇÃO SOCIAL**

*CULTURE AS AN ELEMENT OF SEGREGATION OF THE PUBLIC SCHOOL LIBRARY
AND OF STRENGTHENING OF SOCIAL DISTINCTION*

Conceição de Maria Bezerra da Silva¹
Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento²

RESUMO: A partir do entendimento de que cultura é uma construção baseada na interação entre indivíduos em contextos diversos, influenciando-os e sendo por eles influenciada, este estudo, em andamento, visa compreender, à luz da teoria antropológica e educacional, os valores e significados dados à biblioteca escolar em instituições de ensino públicas e privadas. Para tanto, partimos do pressuposto que a biblioteca pode ser vista e considerada como “um depósito de livros e ambiente para punição e castigo à indisciplina estudantil”, ou como “uma vitrine em destaque e acessível às melhores aquisições de conhecimentos e apoio educacional”. O intuito é perceber como a biblioteca, enquanto representação da cultura erudita, funciona como elemento de segregação e fortalecimento de distinção social entre escolas públicas e privadas. Enquanto estratégia metodológica, utilizaremos a pesquisa qualitativa, por meio da análise documental, somada à experiência profissional e pessoal, para evidenciar que práticas históricas acerca da biblioteca de escola pública, vem construindo a desvalorização do seu papel social e educacional. Nesse sentido, esta pesquisa desenvolve-se na perspectiva de contribuir com um novo olhar e novas práticas sobre este espaço, que ao longo de muitos anos em alguns ambientes escolares na cidade de Teresina, ainda não conseguiu desvencilhar-se da herança fundamental de suas seculares precursoras, cujos pilares representativos eram calcados nas ideias de depósito de livros, situados em locais afastados e inacessíveis com funções limitadas.
Palavras-chave: cultura; biblioteca; escola pública.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGAnt da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-Mail: conceicaomaria@ccsa.uespi.br.

²Doutor em Antropologia. Professor Adjunto e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGANT da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-Mail: nonatorr.33@gmail.com.

ABSTRACT: From the understanding that culture is a construction based on the interaction between individuals in different contexts, influencing them and being influenced by them, this study, in progress, aims to understand, in the light of anthropological and educational theory, the values and meanings given to the school library in public and private educational institutions. To this end, we start from the assumption that the library can be seen and considered as "a depository of books and an environment for punishment and punishment of student indiscipline", or as "a showcase in prominence and accessible to the best acquisitions of knowledge and educational support". The aim is to understand how the library, as a representation of erudite culture, works as an element of segregation and of strengthening of social distinction between public and private schools. As a methodological strategy, we will use qualitative research, through document analysis, added to professional and personal experience, to show that historical practices about the public school library have been building the devaluation of its social and educational role. In this sense, this research is developed in the perspective of contributing with a new look and new practices on this space, which over many years in some school environments in the city of Teresina, has not yet been able to disentangle itself from the fundamental heritage of its secular precursors, whose representative pillars were based on the ideas of book deposit, located in remote and inaccessible places with limited functions. **Keywords:** culture, library, public school.

INTRODUÇÃO

Minha relação com a biblioteca iniciou juntamente com a trajetória escolar. Estudante de escola pública, desde a educação básica até a formação universitária, a biblioteca sempre chamou-me atenção pelos seus silêncios e vazios – seja no que tange ao ambiente físico, seja no que tange aos valores e significados da comunidade escolar sobre sua existência, ou não existência.

A formação acadêmica em biblioteconomia veio oportunizar o aprofundamento dessa relação ao projetar-me para o interior das bibliotecas, abandonando de vez a posição passiva de observadora para a ação de desdobrar-me para ouvir sua voz - seja acessando acervos bibliográficos, seja organizando as coleções de livros de escolas públicas, através de programa de extensão universitária com grupos de alunos graduandos. Nesse contexto, o primeiro contato era, invariavelmente, com depósitos de livros: mesas, cadeiras, objetos de apoio às aulas “guardados” em sua maioria, por pessoas mal-humoradas e distantes do ambiente que as abrigava enquanto local de trabalho – sugerindo categoria de análise pelo padrão repetido.

As diversas comunidades escolares concebiam como evento as intervenções acadêmicas nas bibliotecas nos meses de laboriosa organização (classificação, catalogação, indexação, organização das estantes etc.) em regime de oficinas, para os(as) estudantes envolvidos(as) e funcionários(as) lotados(as) nas bibliotecas. Como todo evento após realizado suscita o “desfazimento” do palco/ambiente – em todas as escolas, após encerradas as intervenções especializadas, as bibliotecas voltavam paulatinamente ao seu formato inicial: um amontoado de livros e objetos desordenados, sem nenhum sentido prático para as atividades escolares

Após diversos estudos e discussões da área biblioteconômica sobre a biblioteca de escola pública sob ângulos como: a relação sala de aula X biblioteca; representações de professores(as) e alunos(as) sobre a biblioteca; projetos de leitura na biblioteca; dinamização da biblioteca escolar; fóruns de discussão; seminários etc. sem conseguir efetivamente explicar as bases e nuances da realidade posta, abre-se nova perspectiva de estudos, desta vez, sob a ótica da cultura enquanto valores e significados dos grupos sobre as coisas e o mundo que os cercam.

Nesse contexto, sob feições de desvalorização e falta de significado para a comunidade escolar, como também para o poder público, o presente estudo, em andamento, busca identificar na perspectiva da cultura as causas que forjam a segregação da biblioteca no espaço e nas ações escolares, que podem culminar no fortalecimento da distinção social como resultado dessa prática no cotidiano, posto a comunidade de escola pública, além de não haver ações e investimentos para o uso e desfrute do espaço da biblioteca, no âmbito particular dos alunos, ainda, conviver com estereótipos de “desinteressados”, “sem gosto para estudos e leituras”, “indisciplinados” etc., cujas repercussões poderão reverberar, sobretudo, na vida adulta e profissional formal e/ou informal dos membros desse grupo e sua classe social.

Nesse sentido, a história da biblioteca ilustra bem os olhares e valores lançados sobre ela ao longo do tempo. Este pensamento reforça a ideia de que a escola pública teresinense não está sendo inclusiva, e a biblioteca surge como elemento materializador da distinção entre a educação construída para a classe popular (limitada de recursos e investimentos), diferente da formação promovida em escola privada (ampla, instrumentalizada de recursos e de investimentos), na qual a biblioteca é parte destes processos, com incentivos à prática da leitura, mediações de leitura, pesquisa escolar etc.

BIBLIOTECAS À MARGEM DA EDUCAÇÃO?

No mosaico das representações humanas, a tentativa de compreensão dos valores e significados criados e mantidos pelas sociedades de todos os tempos e espaços constitui o arcabouço teórico e prático da Antropologia, que vem ao longo de mais de um século abrindo caminhos para suas descobertas como também para as experiências de outras ciências que busquem compreender e explicar realidades internas ou externas a si, produzidas por construções humanas, complexas e simbólicas.

Nos contextos de possibilidades e interdisciplinaridades, a biblioteconomia, área do conhecimento criada na França no século XIX, com objetivos epistemológicos e práticos acerca da gestão de pessoas, produtos e serviços de bibliotecas, aproxima-se com o objetivo de acessar as portas da antropologia, na expectativa de encontrar respostas para a malfadada condição de vida das bibliotecas de escolas públicas de Teresina que em sua maioria, ainda, permanece nos moldes da constituição histórica, política e social das primeiras bibliotecas da humanidade, ou seja, como depósitos de livros.

Nos albores da Sociedade da Informação e do Conhecimento que adentra o século XXI iluminando a humanidade com o aumento vertiginoso e impensável do volume de informações, com a consolidação das redes sociais online, com o desenvolvimento da inteligência artificial, com a propagação das tecnologias da informação e comunicação - a publicação de livros, revistas, jornais e outros diversos recursos informacionais impressos e em multimeios seguem o curso da história humana prontos a informar, educar, construir, tendo as bibliotecas como instituições responsáveis sociais pela guarda, organização e disponibilização do acesso às coleções de livros, cumprindo seu papel de socializadora da informação e conhecimento.

Entretanto, indiferentes, as escolas públicas marcham despreocupadas em alterar o *status* de suas bibliotecas para o modo “operante”. Sem levar em conta o real papel da biblioteca nos contextos de ensino e aprendizagem da educação básica.

Compreender e explicar a cultura como elemento de segregação da biblioteca de escola pública e fortalecimento da distinção social é o atual desafio da biblioteconomia,

haja vista os diversos estudos dessa área ainda não terem conseguido explicar fenômenos e estruturas que marcam e sustentam a realidade da biblioteca de escola pública entre os estados de frio ou morno, quando o seu papel é oferecer apoio técnico e humanístico aos processos educacionais e aos sujeitos que compõem a comunidade escolar através das funções de guarda, organização, preservação, disseminação e acesso às suas coleções artísticas, científicas e tecnológicas, além de seus produtos e serviços.

Kuper, em *Cultura: a visão dos antropólogos* (2002, p. 24), mostra a variedade de entendimentos sobre a cultura, encontrando-a em explicações sobre artes, erudição, progresso, civilização – encaminhando-se rumo à tradição e ao costume, em busca de uma “consciência cultural”. Nesse sentido, para esse estudioso, cultura é “simplesmente uma forma de falar sobre identidades coletivas”, ou seja, não importam as diversas formas de explicação já adotadas para definir cultura, todas terminam por se encontrar no contexto dessas identidades.

Apesar de um não consenso universalizado sobre um provável conceito fechado de cultura; enquanto categoria, as ciências sociais a entendem como uma construção humana baseada na interação, relações estabelecidas, modos de vida, comportamentos etc., entre sujeitos de dados contextos nos quais esses sujeitos influenciam e também são influenciados pelo meio social onde vivem. Nesse sentido, o estudo da biblioteca de escola pública visa compreender, à luz da teoria antropológica e educacional, os valores e significados dados à biblioteca escolar em instituições de ensino das redes pública e privada de Teresina.

Para tanto, partimos do pressuposto de que – de acordo com esses valores e significados, a biblioteca pode ser vista e considerada como um depósito de livros e espaço para diversos tipos de arranjos na escola ou como uma vitrine, como ocorre em algumas boas escolas da rede privada, cujo empreendimento é perpassado pelas ideias de erudição, capital cultural e ascensão dos seus usuários, que terminam por ser marcas de distinção entre classes sociais. Nesse contexto, apesar das diversas concepções antropológicas de cultura, no seu aspecto interpretativo, Geertz (1989, p. 35) defende:

[...] o homem é um animal amarrado a teia de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, a procura do significado.

Assim, considerando a cultura como um código que dá sentido à existência humana (GEERTZ, 1989), é na dimensão do simbólico que situamos a problemática dessa pesquisa, buscando interpretar sentidos tão distintos que se materializam em oferta tão diferenciada de biblioteca em escolas públicas e privadas de Teresina-PI.

É objetivo deste estudo, em andamento, perceber como e porque a biblioteca enquanto representação da cultura erudita é segregada na escola pública, reverberando efeitos de difícil reversão, que contribuem com o fortalecendo da distinção social entre os sujeitos das escolas pública e privada.

Geertz (1989) aponta caminhos que podem conduzir ao entendimento de por que a biblioteca não faz parte dos processos educacionais, no apoio à construção do conhecimento e formação do senso crítico dos sujeitos em formação escolar; por que a localização da biblioteca é afastada dos espaços de trocas e interações entre os sujeitos, como o pátio da escola, por exemplo; por que a gestão da biblioteca, regularmente, fica a cargo de professores afastados de sala de aula por adoecimento e/ou aguardando

autorização para sua aposentadoria, ou por outros funcionários públicos, comumente, mal humorados, que não conseguiram se adequar a nenhum outro espaço administrativo da escola? Por que os instrumentos legais oriundos de políticas públicas não conseguem impulsionar a biblioteca de escola pública, não obstante às suas boas propostas, como é o caso do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), cujo objetivo é:

[...] promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência [...]. A apropriação e o domínio do código escrito contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para que os educandos e educadores possam transitar com autonomia pela cultura letrada. O investimento contínuo na avaliação e distribuição de obras de literatura tem por objetivo fornecer aos estudantes e seus professores material de leitura variado para promover tanto a leitura literária, como fonte de fruição e reelaboração da realidade, quanto a leitura como instrumento de ampliação de conhecimentos, em especial o aprimoramento das práticas educativas entre os professores [...].

Nos reportamos também ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que tem como objetivos, de acordo com o Decreto 9.099 de 18 de julho de 2017, Artigo 2º:

- I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;
- III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e
- VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

No que diz respeito à Lei nº 12.244/2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, com apenas quatro artigos esta lei estabelece diretrizes que dão configurações de avanços nos campos educacional e cultural no que tange à ampliação da erudição de professores e alunos, afirmando, no seu Art. 1, que “as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei”. Contudo, não estabelece regras e responsabilização pelo seu descumprimento, fato que, provavelmente, tenha contribuído para seu largo descumprimento pelos próprios órgãos governamentais, mantenedores de escolas e bibliotecas públicas. Quanto à Política Nacional do Livro (PNL) instituída pela Lei nº 10.753/2003, também se insere nesse contexto.

[...] reconhece ao cidadão brasileiro o direito de acesso e uso do livro como meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida. A mesma Política reconhece, também, a necessidade e a urgência de se capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso (ORIÁ, 2017, p. 11).

Na perspectiva das diretrizes legais, no que tange ao papel e influência no livro para o desenvolvimento social brasileiro, à luz da análise de Oriá (2017), observa-se que há um claro reconhecimento dos direitos sociais à erudição através do acesso ao livro, este milenar recurso informacional que transporta pelo tempo e espaços, os registros da memória humana, como um legítimo patrimônio da humanidade, responsável pela difusão de conhecimentos históricos, artísticos, científicos e tecnológicos nos quais se assenta o desenvolvimento político, econômico e social de inúmeras sociedades do ocidente – e do oriente, seu criador.

Contudo, assim como as bibliotecas, nem sempre o livro é visto e considerado como um objeto de valor cultural, enquanto elemento das representações humanas. Nas escolas, a falta de conservação e cuidados adequados, em repetidas vezes, tem conduzido ao sacrifício numerosos itens bibliográficos infestados por agentes biológicos, químicos etc., resultantes de ações humanas que não levam em conta nem a constituição das formas, nem os conteúdos – condenando-se mais a si mesmos que ao próprio objeto, ao vazio do desconhecimento e da falta de significados que, invariavelmente, incide em estagnação humana e social.

A ideia central do estruturalismo era que não deveríamos encarar as entidades isoladamente: uma escrivaninha, uma mesa, uma mesa de jantar, uma mesa de cozinha. Em vez disso, deveríamos começar da relação existente entre as coisas. O que estamos preparados para aceitar como mesa de jantar depende, em grande parte, do ponto em que, caso fosse um pouco menor, ela passa a parecer uma mesa de cozinha. Ambos os objetos, e as palavras que usamos para designá-los, obtêm sua definição por contraste com o que não são e pelo que são. Como tal, o estruturalismo punha o foco na relação entre as coisas, e não nas próprias coisas (MILLER, 2013, p. 80).

Miller (2013), citando Lévi-Strauss, chama a atenção para as construções simbólicas, observando que essas construções vão muito mais além do objeto em si, posto as representações serem moduladas em contextos e a pretexto do que se pensa sobre elas e dos desdobramentos daí decorrentes. Talvez esta interpretação seja um dos caminhos explicativos para o fato de as bibliotecas de escolas públicas transformarem-se em depósito de livros e outros objetos. É provável que, nesta concepção, nem livros, nem mesas, nem cadeiras, nem o globo terrestre, nem estantes representem o que se convencionou atribuir a eles como suas finalidades, porque suas importâncias podem ser apenas eventuais ou circunstanciais – estão aquém da construção simbólica que atribui mais importância e valor ao depósito de livros do que à biblioteca com seus livros.

Em contrapartida, nas boas escolas da rede privada de ensino, as bibliotecas são frequentemente gerenciadas por profissionais da biblioteconomia; possuem infraestrutura adequada, são localizadas em espaços visíveis e acolhedores; apoiam os processos educacionais; promovem a pesquisa e leitura recreativa e didática; mantém diálogos com pais ou responsáveis; mantém interações com o corpo docente, fornecem acesso ao bibliotecário ao projeto político pedagógico da escola e consideram seus conhecimentos e experiências nos planejamentos e empreendimentos que envolvem a biblioteca.

CULTURA COMO CATEGORIA EXPLICATIVA

Imerso nessas questões fortalecidas pela ideia de cultura como um sistema simbólico (GEERTZ, 1989), pretende-se conhecer de modo mais profundo as bases nas quais se assentam as práticas, ações e mecanismos do cotidiano da escola pública e do seu mantenedor – capazes de explicar os por quês do alijamento e segregação da biblioteca das abordagens educacionais e do apoio aos processos de ensino e aprendizagem, assim como da infraestrutura e interações com a comunidade escolar. Construindo a desvalorização do seu papel social e educacional, paradoxalmente, em um contexto de ensino da educação básica. Porque “o objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; [identificar] o papel da cultura na construção da vida coletiva [...]” (GEERTZ, 1989, p. 38). Nesse sentido, a estratégia metodológica pretende apoiar-se no modelo de pesquisa qualitativa com aplicação de entrevista e observação, além de análise documental.

À luz de Lévi-Strauss, quando afirma que “o objetivo do antropólogo é estudar as estruturas de cada sociedade, que são a base que organizam sua existência”, como também da experiência de longa data da pesquisadora no ambiente de escola pública, onde a visão repetida dos usos inversos à sua finalidade da biblioteca em diferentes unidades escolares, verifica-se uma estrutura de caráter sistemático e a ideia de um delicado perfil consolidado em suas práticas do cotidiano. Nesse sentido, é importante identificar e entender o simbólico que constrói e impõe essa estrutura de contrastes e perdas.

Com base nesse princípio, esta pesquisa vem se desenvolvendo no sentido de buscar entender os mecanismos dessa desvalorização, como também contribuir com o lançamento de um novo olhar sobre a biblioteca, que seja permeado por novas práticas, particularmente, sobre aquelas que ainda não conseguiram desvencilhar-se da herança fundamental de suas seculares precursoras, e permanecem reproduzindo pilares calcados nas ideias de: depósito de livros com localização afastada da circulação de pessoas; com papel social limitado à guarda e má conservação; trabalhos internos considerados “penosos” (MARTINS, 2002); e, ainda, a ideia de instituição passivamente subordinada aos interesses políticos e sociais de seus mantenedores. Haja vista fatores políticos, econômicos e sociais serem importantes moduladores da constituição das culturas humanas, denotando elementos-chave que perpassam e entrelaçam os modos de vidas e comportamentos, independentemente de sua consciência ou não, sobre as agências que marcam os palcos das relações estabelecidas.

Consolidando os estudos antropológicos no início do século XX, Lévi-Strauss constrói para as ciências humanas o legado da teoria estruturalista, cujo entendimento, trazendo para a questão particular desse estudo, nos reporta à uma provável conexão entre o remoto papel da biblioteca iniciado na Antiguidade, e diversas bibliotecas de escolas públicas pós-modernas que mantem, no bojo das práticas históricas, algumas das mesmas velhas representações e sentidos inerentes às relações estabelecidas com as bibliotecas em estado de subordinação passiva a mantenedores indolentes.

Tem-se constatado, ao longo da experiência docente, que as intervenções na biblioteca decorrentes da relação escola X universidade não se sustentam, possivelmente, pela força que a cultura exerce através de suas ações que são pautadas nos seus valores sobre as coisas, ou seja, se um programa de extensão universitária ou ações voluntárias de organização da biblioteca se inserem nesse contexto, perde-se conseqüentemente o

depósito de livros que transforma-se, enfim, em biblioteca... voltando a ser depósito de livros, posteriormente.

Além desse esforço, evidencia-se a necessidade de um(a) profissional da biblioteconomia para a gestão do espaço, das coleções de livros e da criação e execução de serviços de atendimento aos usuários da comunidade escolar. Evidencia-se, também, certa apatia das escolas, além da limitação de algumas políticas públicas que, embora, ofereçam material didático para professores(as) e alunos(as), não discute os possíveis impactos sobre o ensino e aprendizagem, provocados por essas políticas.

Nessa perspectiva, entre a oferta e demanda, a escola decide pelo retorno do antigo modelo de lidar com a biblioteca, porque as alterações/intervenções impõem dolorosa transformação da realidade e perda de infraestrutura, ou seja, a transformação de um considerado depósito de livros em efetiva biblioteca implicaria alterações em toda a estrutura simbólica vivenciada na escola.

No âmbito da relação do poder público com a biblioteca, chama-se a atenção para o seu mantenedor, evocando um paradoxo o governo do Estado do Piauí recentemente promulgou a Lei nº 7.946, em 10 de janeiro de 2023, que permite vir à tona a incoerência que reforça estereótipos e representações equivocadas sobre a biblioteca. A citada lei “dispõe sobre a implantação de atividades com fins educativos e punitivos para reparar danos causados no ambiente escolar na rede estadual do Estado do Piauí”; no seu art. 3º, inciso b) assevera que “as atividades com fins punitivos são: I – organizar a biblioteca”.

O citado texto valida a ideia de que a biblioteca de escola pública é espaço desorganizado e lugar de castigo, abrindo mão dos preceitos educativos enquanto norteadores do papel da escola, cujo pressuposto educacional deveria ser alçado frente à condução de situações extremas como essa, conforme reza a citada lei.

Ao revés de educar o sujeito indisciplinado que depreda o patrimônio público, o legislador elege a punição como meio mais eficaz que educar! Degredando a biblioteca às representações de repulsa e desconsideração por parte importante da comunidade escolar: o aluno em processo de formação escolar e construção do senso crítico, como também de professores autorizados pela citada Lei, a abordar a biblioteca na perspectiva de lugar de castigo. A escola, silencia e executa! De fato, não há nada de extraordinário na cultura!

Aplica-se xeque-mate em diversas convicções e emergem sombrias representações contraditórias ao papel social, educacional e institucional da biblioteca de escola pública, posto que, potencialmente, o aluno, a quem a letra da lei se aplica, e é executada no ambiente escolar, construirá, à reboque, significados de difícil reversão contra a biblioteca, aumentando o fosso da distinção social. Perdem-se valiosas oportunidades de acessar com autonomia e lucidez instrumento portador de conhecimentos capazes de promover transformações políticas e sociais, além de ampliar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, cada vez mais exigente de competências, habilidades e erudição!

Bourdieu (2007), analisando as condições objetivas de existência dos indivíduos expressas no *habitus* (conhecimento adquirido que sugere uma posição incorporada) que por sua vez manifesta os “gostos”, ou seja, as preferências dos indivíduos pelas coisas do mundo, explicita a distinção que separa os grupos em seus campos de atuação existencial. O “gosto” apresenta toda uma simbologia existente no seio das sociedades, particularmente, das sociedades capitalistas ocidentais.

Essa simbologia está intrinsecamente associada às distinções de classes e de locais de pertencimento de diferentes grupos sociais expressos nos seus comportamentos,

atitudes, hábitos etc., que vão construindo as distinções e estabelecendo roteiros de separação a partir desses gostos. Nessa perspectiva estabelecem-se características que marcam e separam os grupos sociais. Essas características distintivas são perpassadas por ideias de refinamento, estética, senso comum, erudição, papéis sociais, posições políticas, valores, significados, representações etc., acerca de realidades vivenciadas cotidianamente.

Os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas[...]; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e divisão, gostos diferentes. Fazem diferenças entre o que é bom e o que é mau, entre o que é bem e o que é mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas não são os mesmos. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto a alguém, pretencioso ou exibicionista a outro, vulgar a um terceiro (BOURDIEU, p. 23 apud BONNEWITZ, 2003, p. 83).

Nos ambientes sociais onde se encontram os mais diferenciados grupos, os gostos são marcadores de distinção postos constantemente à prova. Nesse sentido, o gosto pela leitura, pela arte, pela busca por conhecimentos, pelo uso de biblioteca, pelo lazer etc. incidirão sobre classificações e hierarquizações sociais. As diferenças que marcam os usos dados às bibliotecas nas escolas públicas, e nas boas escolas privadas – incidirão em algum momento da vida social dos estudantes, em perdas ou ganhos de oportunidades para aqueles a quem lhes foi “ensinado” a fazerem mau ou bom uso dela, por que a escola é uma rede de relações e construções que perpassam, inclusive, seus espaços físicos:

A arquitetura e a ocupação do espaço físico não são neutros. Desde a forma da construção até a localização dos espaços, tudo é delimitado formalmente, seguindo princípios racionais, que expressam uma expectativa de comportamento dos seus usuários [...] salas de aulas, corredores, cantina, pátio, sala de professores, cada um destes locais tem uma função definida “a priori”. O espaço arquitetônico da escola, expressa uma determinada concepção educativa (DAYRELL, 1996, p. 147).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se concebe uma escola pública sem biblioteca com a qual se possa interagir cotidianamente, a “concepção educativa” proposta pelo autor desvirtua-se e perde-se nos labirintos de uma falsa ideia de democratização e universalização de educação de base plena e sólida. Esta distinção supõe a manutenção do controle e privilégios sociais pelas classes dominantes, e propõe inflexíveis e precárias condições sociais para as camadas menos favorecidas, reflexos do côncavo espelho educacional.

O investimento em educação de qualidade na rede pública de ensino, se ocorresse como prática político-social consolidada, como real projeto de democracia – terminaria por romper com as bases de um sistema que sustenta a negação de oportunidades democráticas como direito fundamental social e humano. Enquanto isso não ocorre ou ocorre sob pálidas feições de avanços – distinções e valores opostos em um mesmo sistema social – permanecerão consolidando-se entre formação escolar e diplomas em profundas condições de desigualdades:

A definição da nobreza cultural é o pretexto para uma luta que, desde a século XVII até nossos dias, não deixou de opor, de maneira mais ou menos declarada, grupos separados em sua ideia sobre a cultura, sobre a relação legítima com a

cultura e com as obras de arte, portanto, sobre as condições de aquisição, cujo produto é precisamente estas disposições: a definição dominante do modo de apropriação legítima da cultura e da obra de arte favorece, inclusive, no campo escolar, aqueles que, bem cedo, tiveram acesso à cultura legítima, em uma família culta, fora das disciplinas escolares; de fato, ela desvaloriza o saber e a interpretação erudita, marcada como “escolar”, até mesmo, “pedante”, em proveito da experiência direta e do simples deleite (BOURDIEU, 2007, p. 9-10).

Considerando que toda sociedade produz diferenças, observar a realidade das diferenças dos outros e procurar entender porque elas ocorrem, tornou-se um dos pilares argumentativos que eleva e propõe a cultura como elemento de segregação da biblioteca de escola pública – haja vista a realidade das bibliotecas das boas escolas da rede privada ser francamente oposta, nessa perspectiva, a distinção social vai sendo construída de contradição em contradição, no cotidiano simbólico das representações de cada realidade. Seriam as sobrevivências culturais se manifestando no bojo dos “processos, costumes, opiniões etc. que por força do hábito continuam a existir em um novo estágio de sociedade, diferente daquele no qual tiveram sua origem”? (BOURDIEU, 2007, p. 40).

REFERÊNCIAS

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Bourdieu.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL. **Lei 10.753 de 30 de outubro de 2003: institui a política nacional do livro.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País,** Brasília, DF. 24 maio 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>. Acesso em: 29 jan 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DAYRELL, Juarez (Org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** São Paulo: LTC, 1989.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos.** SP: EDUSP, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** São Paulo: Ática, 2002.

MILLER, Daniel. **Treco, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ORÍÁ, Ricardo. **Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise da aplicação da lei 12.244/2010.** Brasília, DF: [s.n.], 2017.

TYLOR, Edward Burnet. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso (org.). **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 03/01/2024

Aprovado em: 27/03/2024

Received in: January 03, 2024

Approved in: March 27, 2024